



## Jornalismo alternativo ontem e hoje: histórico e esboço de uma definição

José Ismar Petrola Jorge Filho<sup>1</sup>.

Universidade de São Paulo.

**Resumo:** Neste artigo discutimos os conceitos do que se chama imprensa alternativa, a partir de um estudo sobre como se desenvolveu historicamente esta vertente do jornalismo, em especial durante a ditadura militar de 1964-1985, que estudamos com foco nas intersecções entre imprensa alternativa, literatura e dramaturgia, a partir da produção de Millôr Fernandes e Plínio Marcos. A partir desta visão da imprensa alternativa como questionamento de uma distribuição do sensível, no conceito de Rancière (2009), procuramos estabelecer se o conceito de jornalismo alternativo ou imprensa alternativa pode ser aplicado a veículos da atualidade.

**Palavras-chave:** ditadura militar; imprensa alternativa; história do jornalismo; blogs; redes sociais.

### 1. Introdução

Quando analisamos trabalhos de história do jornalismo com foco na ditadura militar (1964-1985), chama atenção a proliferação, neste período, dos jornais “nânicos”

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), com orientação da Profª. Drª. Maria Cristina Castilho Costa (ECA-USP). Pesquisador do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura. E-mail: jose.ismar.filho@usp.br

ou “alternativos”, em geral de oposição ao regime. Bernardo Kucinski (2003) define esta imprensa alternativa como uma produção diversificada, com três vertentes principais: uma mais politizada, outra de veículos ligados à contracultura e, em separado, a linhagem dos humorísticos. Só no acervo de imprensa alternativa do Arquivo-Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontram-se mais de cem periódicos, a maioria desse período, com temáticas variadas: denúncias de censura e tortura, críticas às políticas econômicas e sociais, cobertura de artes e esportes, a vida no campo e na cidade. As linguagens também são variadas, desde formatos clássicos do jornalismo como a reportagem e a entrevista até a crônica, charge, o cartum, as anedotas, os gêneros literários como o conto e a poesia. Kucinski (2003, pp. 21-27) propõe uma definição da imprensa alternativa, em oposição à convencional, pelo seu papel contestador das instituições da sociedade civil e pela busca de formas mais democráticas de gestão do jornal, sem ter o lucro como principal objetivo. Beatriz Kushnir (2004), ao estudar a censura à imprensa na ditadura militar, corrobora a observação de que os veículos alternativos, pelo seu teor contestatório, foram muito mais censurados do que a grande imprensa, esta, frequentemente, limitada pela autocensura e até, em alguns casos, simpática ao regime.

Neste artigo, para propor uma definição de jornalismo alternativo, revisaremos as condições históricas em que esta vertente se desenvolve, começando pelo surgimento de um jornalismo padrão e a proliferação do jornalismo alternativo. A partir daí, tentaremos identificar os pontos em que se diferencia o jornalismo alternativo do convencional, questionando se essas balizas do jornalismo alternativo também se aplicam ao contexto de hoje, com as novas tecnologias da comunicação.

## **2. O surgimento de um jornalismo “padrão”**

O jornalismo se define, em contraposição a outras atividades de comunicação de massa, como um relato predominantemente voltado para o real e atual, que seleciona as informações divulgadas conforme critérios de novidade e relevância. Em suas definições mais tradicionais, diferencia-se o jornalismo da publicidade ou da propaganda por um *ethos* particular, que tem como eixo certa noção de interesse público, identificada com a revelação de verdades relevantes para a sociedade, mesmo

quando desagradem aos grupos detentores do poder (BUCCI, 2000). Tem sua origem nas gazetas que circulavam no início da Idade Moderna com informações de interesse comercial. A imprensa, criada no final do século XV, dá origem a uma nova possibilidade de difusão de textos e ideários. Multiplicam-se não só as publicações mercantis, mas as de caráter político. Nesse estágio inicial, as gazetas comerciais e os panfletos instituem uma nova esfera de discussão de temas comerciais e políticos, onde uma burguesia crescente defende seus interesses – o que Habermas (2003) define como a formação de uma esfera pública burguesa. Desta forma, o jornalismo se identifica com um ideal iluminista de revelação da verdade através do debate público amplo e irrestrito.

A partir do século XIX, o jornalismo se consolida e expande como uma forma de comunicação voltada para um grande público, sustentada por empresas anunciantes e pelas assinaturas. As empresas jornalísticas diversificam seus conteúdos, dentro de estratégias comerciais, buscando se manter lucrativas. Assim, o teor político muito acentuado, por vezes panfletário de algumas publicações é atenuado para evitar prejuízos decorrentes de uma possível censura e os grandes jornais passam a apregoar um discurso de imparcialidade, onde o relato dos fatos predomina com relação aos juízos de valor (PETLEY, 2007). É este processo que favorece a separação entre os chamados gêneros “informativos” e “opinativos” no jornalismo impresso, bem como o surgimento de um jornalismo *fait-divers*, onde relatos de acontecimentos insólitos procuram chamar a curiosidade do leitor (DANTAS, 1996, p. 42).

O público desses jornais se amplia da elite para as classes médias. Entre as estratégias dos jornais para aumentar e fidelizar o público leitor, incentivando a assinatura, destaca-se a publicação de narrativas ficcionais seriadas, os folhetins, caracterizados pelo uso do gancho, estrutura em que, ao final de cada episódio, há um elemento que deixa o leitor curioso para saber o que virá em seguida. Assim, o folhetim acostuma o leitor a uma sequencialidade narrativa, criando um hábito de recepção, que também influenciará posteriormente as narrativas jornalísticas (COSTA, 2000).

Assim, nas folhas de um jornal, a reportagem e o artigo de opinião convivem com textos ficcionais, não referenciais, atendendo a diversos leitores e valorizando o espaço destinado a anúncios comerciais, importante forma de financiamento dos jornais. Estabelecem-se gêneros textuais dentro do jornalismo, formas mais ou menos

padronizadas de se escrever os textos: da notícia espera-se que seja sucinta e referencial, enquanto dos artigos e editoriais espera-se que expressem pontos de vista chancelados pela direção do jornal. Do folhetim derivam outros gêneros, como a crônica (em sua versão brasileira) que mesclam o jornalístico e o literário, utilizando referências ao factual e recursos consagrados da narrativa de ficção (JORGE FILHO, 2013).

No século XX, os avanços tecnológicos transformam a comunicação numa das maiores e mais lucrativas indústrias do mundo. A expansão do telefone e do telégrafo permitem às agências de notícias receber as informações de repórteres baseados em diversos pontos do mundo e, principalmente, difundem as notícias a partir de suas sedes. Porém, devido a interesses comerciais e políticos, estas redes se desenvolveram de forma a privilegiar a difusão dos grandes centros para os países periféricos, a tal ponto que, na primeira metade do século XX, era mais fácil ter comunicações por telefone entre São Paulo e cidades europeias do que com outras capitais brasileiras, o que favoreceu uma comunicação predominantemente de mão única. Agências de notícias internacionais sediadas na Europa ou nos EUA, como Havas, Reuters, AP, UPI se tornaram as principais fontes de noticiário jornalístico no Brasil (DANTAS, 1996, p. 41).

Não apenas as notícias mais difundidas são definidas nos grandes centros, como o próprio formato de narrativa jornalística predominante nos EUA se torna um padrão a ser replicado pelos jornais do mundo inteiro. A própria limitação tecnológica das transmissões telegráficas estimula os jornalistas a escreverem suas notícias de forma sucinta, iniciando seus relatos pelos dados mais relevantes e não em ordem cronológica, o que ajudou a popularizar o modelo, agora clássico, da notícia jornalística que apresenta os fatos em ordem decrescente de importância. O critério de relevância das notícias também é estabelecido pelas sedes e, assim, muitas vezes o consumidor da notícia está melhor informado sobre os acontecimentos de outro país do que sobre os de sua cidade. Mesmo o noticiário local conforma-se cada vez mais a este modelo, recorrendo ao noticiário sensacional de crimes e escândalos para atrair seus leitores (BARBOSA, 2007).

A introdução do rádio, por volta da década de 1920, repete em muitos aspectos o processo da expansão do jornalismo impresso. Inicialmente, a expansão do rádio era

concentrada nos radioamadores: qualquer pessoa, tendo o capital e os conhecimentos técnicos necessários, poderia adquirir os equipamentos para fazer e receber transmissões. A exploração comercial do rádio começa quando empresas como a norte-americana Westinghouse investem na venda de aparelhos receptores de rádio e, ao mesmo tempo, vendem tempo de transmissão de rádio a diversos anunciantes. Para atrair a audiência, são oferecidos programas de entretenimento e jornalísticos, que transmitem o noticiário via rádio (DANTAS, 1996). Nesse estágio inicial, o radiojornalismo aparece como uma forma de publicidade de seus patrocinadores. No Brasil, um exemplo célebre foi o *Repórter Esso*, o primeiro noticiário de radiojornalismo que não se limitava a ler em voz alta as notícias dos jornais. Patrocinado pela Standard Oil, o jornal retransmitia notícias produzidas por uma agência internacional sob controle dos EUA.

A expansão comercial do rádio levou à necessidade de regulação do espectro, devido a limitações de natureza técnica que fazem o número de transmissores de rádio analógico numa determinada região ser limitado. A televisão, a partir dos anos 50 do século XX, seguiu um processo parecido, de modo que a regulação das telecomunicações e da radiodifusão, no Brasil, terminou por privilegiar determinados grupos que se beneficiaram de alianças com os governos de então, formando um oligopólio duradouro. Este processo se acentua no regime militar, marcado por um paradoxo entre o projeto desenvolvimentista, preocupado com a integração territorial e o controle sobre as comunicações e, de outro lado, alianças entre empresas e burocracia governamental visando facilitar o mercado das comunicações no Brasil aos grandes grupos transnacionais. É nesse contexto que o governo, por exemplo, cria a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) para expandir a telefonia em longa distância e a rede de Telex – sistema que foi importantíssimo para o desenvolvimento das agências de notícias – e, no final da década de 1970, põe um freio na expansão da telefonia, privilegiando a televisão (DANTAS, 1996, p. 106).

Se, por um lado, a regulação sobre os *meios* de comunicação favorece a formação de um oligopólio, por outro, os governos brasileiros também se preocuparam em manter um controle sobre os *conteúdos* veiculados nestas mídias, seja através de uma censura à imprensa, como ocorreu na ditadura militar de 1964-1985, seja através de

formas indiretas, como pressões financeiras, distribuição de concessões radiofônicas ou televisivas, mecanismos judiciais, entre outros. A censura à imprensa agiu de forma intermitente, não constante, e de maneira diferenciada entre os diversos veículos de comunicação, sendo amparada em marcos legais ambíguos, como leis que proibiam veiculação de matérias contrárias à moral e aos bons costumes, ou que incitassem à subversão – embora a letra da lei também dissesse garantir liberdade de imprensa. Este sistema de favores e pressões incentivou a prática da autocensura e certa colaboração por parte de alguns veículos da grande imprensa com o regime (KUSHNIR, 2004).

Desta maneira, a forma como o mercado das comunicações se estabeleceu no Brasil levou a uma padronização do jornalismo – não apenas no formato das narrativas que são veiculadas, mas na própria escolha de temas e ângulos possíveis de serem noticiados. Assim, durante o regime militar, a grande imprensa, em boa parte, tende a privilegiar os cadernos de economia, que noticiam o “milagre econômico” e suplementos de lazer voltados para o consumo da classe média (KUCINSKI, 2003, p. 77). Isto vale tanto para o impresso como para o rádio e a televisão, ainda que com as particularidades de cada mídia.

O formato de narrativa jornalística que se estabelece como um padrão ao longo do século XX tem como uma de suas principais características o apagamento de certos traços textuais que evidenciem a subjetividade narrativa. A seleção das pautas obedece a uma série de critérios mais ou menos implícitos de relevância e impacto. Um dos mais importantes é seu caráter curioso, insólito. Mostram-se os fatos ocorridos em países exóticos como curiosidades. A busca incessante pela novidade e pelo fato único, comprovável através de registros, faz com que se privilegie os acontecimentos isolados, as “novidades”, deixando de lado situações constantes e processos de maior duração, vistos como desinteressantes para o leitor. Apresentam-se os fatos isolados, como declarações de autoridades, crimes, protestos, acontecimentos da vida de celebridades, eventos esportivos, entre outros.

Estas características não foram introduzidas nas décadas de 1950 e 1960, mas já existiam desde os primórdios da atividade jornalística. O que houve foi, como consequência do desenvolvimento dos meios e do jornalismo como uma indústria

rentável, a transformação destas características num padrão quase único para o jornalismo, confundindo-se com os próprios limites aceitos para a atividade.

A expansão do jornalismo enquanto indústria lucrativa também favorece que entre, como as outras comunicações, na lógica da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1998), onde o espetáculo, difundido através dos meios de comunicação, neles substitui a própria realidade, mostrando ao público o oposto do que a vida é – por exemplo, a vida das celebridades apresentada como modelo de consumo à classe trabalhadora.

### **3. A imprensa alternativa**

A maior facilidade para se imprimir e distribuir jornais, porém, também facilita o surgimento de iniciativas independentes, desvinculadas dos grandes conglomerados jornalísticos. Na década de 1960, paralelamente à consolidação de uma grande mídia, surgem diversas publicações jornalísticas, como jornais, revistas, tabloides, panfletos, etc., com propostas diferentes da grande imprensa, seja no formato, linguagem, escolha ou angulação das narrativas. Trata-se de uma imprensa alternativa, frequentemente vinculada a organizações políticas ou grupos constituídos em torno de ideários políticos de esquerda, opositores do regime militar, mas também há veículos ligados à contracultura (sem necessariamente uma vinculação política), doutrinas, movimentos artísticos e intelectuais diversos. Eram jornais em geral de pequena tiragem e sem finalidades lucrativas, embora alguns tivessem alcançado grandes tiragens, como o humorístico *Pasquim* (KUCINSKI, 2003).

O alternativo representou uma forma de buscar outro enfoque possível para a notícia, bem como outros recursos de linguagem. Um exemplo da diversidade de propostas que aparecem nesse meio é o de Millôr Fernandes (1923-2012), cujos textos publicados em jornais frequentemente não se encaixam em um dos gêneros consagrados do jornalismo e da literatura. É considerado um dos pioneiros da imprensa alternativa, pela iniciativa de fundar o semanário *Pif-Paf* em 1964. Com este jornal, Millôr continuou a coluna que não podia mais publicar na revista *O Cruzeiro* após sofrer pressões da Igreja e criou um primeiro espaço para contestação ao golpe militar, usando um jornalismo humorístico, não imediatamente comprometido com o real, onde gêneros curtos como a crônica e a anedota, combinados aos gêneros gráficos,

favoreciam a ironia e o humor. Esse estilo característico, mais tarde, deu a tônica de jornais como *O Pasquim*, do qual Millôr foi um dos fundadores, e outros alternativos, principalmente cariocas. Este estilo próprio no jornalismo se desenvolve ao mesmo tempo na dramaturgia, carreira que o autor levou paralelamente à de jornalista, utilizando amplamente trechos de reportagens e crônicas em textos teatrais como *Liberdade, Liberdade*, que escreveu com Flávio Rangel em 1965.

Esta imprensa de menor porte constitui um espaço alternativo para artistas visuais, escritores e dramaturgos que se viam cada vez mais cerceados em sua criação pelas pressões da censura, como Plínio Marcos, que, na década de 1970, já consagrado com a pecha de autor maldito, sistematicamente vetado pela censura teatral, passa a escrever para a grande imprensa, também sofrendo várias pressões que o afastam dos veículos, e termina por ir a jornais “nânicos” ligados a organizações de esquerda que faziam resistência ao regime militar, como *Versus* e *Movimento*. Embora escreva frequentemente gêneros mais ficcionais, como a crônica e o conto, não se limita a estes, produzindo também reportagens, entrevistas e artigos, em geral sobre política e futebol.

Mesmo quando as inovações formais não parecem tão ousadas à primeira vista, o jornalismo alternativo se diferencia na escolha do que é ou não considerado notícia, e nos aspectos de cada notícia que são ressaltados. Assim, a crônica esportiva do dramaturgo Plínio Marcos é escrita em linguagem informal, com as gírias características das personagens de seu teatro, e os assuntos tratados, em geral, não colocam em destaque detalhes sobre partidas, times ou jogadores, mas as condições de trabalho dos atletas, os escândalos de corrupção no meio esportivo, o papel do futebol como “única alegria” de um povo cada vez mais desprovido de direitos. Por exemplo, na cobertura que *Movimento* fez da semifinal do Campeonato Brasileiro de 1976, quando milhares de torcedores do Corinthians foram ao Maracanã, Plínio Marcos participou com uma crônica sobre um torcedor que morreu de enfarte na arquibancada. Ele também foi coautor da reportagem principal sobre a partida, que narra, com elementos do jornalismo literário, o envolvimento da torcida que se deslocou até o Rio de Janeiro para assistir ao jogo (MARCOS, 1976). Nos anos 70 a crônica esportiva, escrita com recursos de estilo mais comuns à narrativa literária, já era um gênero consagrado no jornalismo brasileiro, graças ao trabalho, nas décadas anteriores, de cronistas como



Nelson Rodrigues. Mas as crônicas de Plínio Marcos têm algo de desviante ao jogar luz sobre falcatruas frequentes no meio do futebol, e suas denúncias custaram ao autor empregos e problemas com a censura (JORGE FILHO, 2013).

Esta circularidade que se observa entre a imprensa alternativa, a literatura e a dramaturgia só foi possível dentro desse contexto em que diversos grupos organizados em torno de causas investiram em pequenos e médios jornais, de distribuição regional, com propostas diferentes para o jornalismo, e procurando nichos para resistir a um contexto de censura e oligopolização das comunicações. Estes jornais também absorveram a mão-de-obra que se formava nos recém-criados cursos universitários de comunicação e jornalismo. A partir da década de 1980, com a redemocratização, grupos antes clandestinos se constituem em partidos políticos, e a censura é afrouxada (primeiro na imprensa, depois nas artes). A imprensa alternativa não é mais tão importante para a sobrevivência financeira e difusão ideológica de partidos, grêmios, sindicatos e outras associações. Os jornalistas da imprensa alternativa são absorvidos pela grande imprensa, levando também uma estética própria, estratégias de comunicação que funcionaram nos jornais alternativos (KUCINSKI, 2003). Muito do que se tem hoje no próprio estilo de algumas crônicas, reportagens, formas inovadoras de diagramação, é herança de inovações desenvolvidas na imprensa alternativa.

Inovações estas que só foram tornadas possíveis pelo caráter marginal destas publicações, muitas vezes produzidas em condições bastante amadoras e na clandestinidade, sem a preocupação de lucro a curto prazo que caracteriza outras empresas jornalísticas. Esta imprensa beneficiou-se da evolução nas técnicas de impressão, que não só baratearam a produção de jornais em tiragens menores, como possibilitaram a exploração de uma linguagem gráfica mais ousada. Estas condições, aliadas à efervescência cultural das décadas de 1970, em que proliferavam contestações à política, moral e estéticas vigentes, favoreceram experimentações de linguagem que jamais teriam sido possíveis na grande imprensa. A dimensão estética desta produção simbólica, ao reconfigurar as relações entre forma e conteúdo, revela um caráter político por vezes mais profundo e contestador do que a própria escolha dos temas, mostrando a presença, também no jornalismo, de um fenômeno que Marcuse (1977) observou no teatro, na literatura e nas artes plásticas. Uma produção artística ou jornalística pode ser

política não só pelo seu conteúdo, mas por questionar os padrões historicamente determinados que estabelecem, para cada forma de produção simbólica, o que pode ser dito, sobre o que se pode dizer e de que forma se pode dizer, ou seja, um regime de distribuição do sensível (RANCIÈRE, 2009).

Desta forma, ao se analisar a produção jornalísticas destes autores, não podemos estudar separadamente os recursos de linguagem, a escolha das pautas, o suporte usado para veiculação das notícias, sem levar em consideração o contexto em que estes veículos de comunicação surgiram.

#### **4. A imprensa alternativa na contemporaneidade e suas contradições**

Em sua maior parte, a imprensa alternativa dos anos 60 e 70 do século XX se desenvolveu vinculada aos movimentos de oposição ao regime militar, servindo para o financiamento de organizações políticas e difusão de suas ideias, de tal forma que o processo de redemocratização da década de 1980, ao abolir a censura à imprensa e reinstaurar o pluripartidarismo, faz diminuir a presença destes veículos mais ligados a partidos. Aumentam, porém, os veículos ligados a sindicatos, associações de bairros e organizações da sociedade civil, trazendo pautas ligadas à ecologia, cultura, defesa dos direitos de minorias, entre outras (VERAS, 1991). Entre os extremos da grande imprensa e dos jornais locais, surgem intermediários como a imprensa popular, a imprensa sindical e a imprensa político-partidária, que Peruzzo (2009, p. 134) diferencia da imprensa alternativa por terem pautas mais vinculadas a questões específicas das entidades às quais estão ligados, enquanto a imprensa alternativa teria uma preocupação com assuntos de interesse mais geral e a governança pública, a política em sentido amplo.

A partir da década de 1990, o jornalismo alternativo se expande também na internet, em especial na virada do século, com o Web 2.0, cujas plataformas interativas e colaborativas facilitam a produção coletiva e a disseminação de conteúdos com facilidade e a um custo relativamente baixo. No universo da comunicação alternativa hoje, proliferam as páginas mantidas não só por sindicatos, partidos, movimentos sociais, mas também por jornalistas independentes, egressos da grande mídia ou fora do

mercado, que buscam alternativas ao que consideram ser a mídia hegemônica. Em sintonia com o clima político, as causas defendidas também se diversificam, incluindo temas como o feminismo, populações tradicionais, igualdade racial, diversidade sexual, direito à moradia, legalização das drogas. Peruzzo (2009) identifica uma diferenciação entre um jornalismo “popular alternativo”, mais ligado a movimentos sociais e organizações da sociedade civil, um jornalismo “colaborativo”, caracterizado pelo uso dos recursos da Web 2.0, e um jornalismo alternativo “autônomo”, produzido por profissionais independentes ou microempresários. Ao mesmo tempo, para ela, há uma tendência de diluição de fronteiras entre o jornalismo tradicional e o alternativo. Não só os conteúdos, mas o próprio uso da ferramenta é alternativo, por exemplo, ao estimular a criação de conteúdos de forma colaborativa e em tempo real. Um exemplo deste fenômeno é o coletivo *Mídia Ninja*, cujas transmissões ao vivo pelo Twitter tiveram papel importante nos protestos de junho de 2013 e nos anos seguintes (ELLWANGER, 2017).

O uso das ferramentas digitais, contudo, também traz outros problemas. Plataformas como o Twitter e o Facebook são mantidas por empresas, com suas normas próprias, ditadas pelos proprietários, e que definem não só quais conteúdos podem ou não ser publicados nelas, como quais conteúdos terão mais ou menos visibilidade na rede. Com isto, os veículos alternativos que fazem uso destas plataformas estão sujeitos a seus critérios – por exemplo, a censura do Facebook a imagens que contenham nudez, mesmo parcial.

A predominância de veículos alinhados a ideários de esquerda entre os alternativos, em grande parte consequência de suas origens históricas, torna tentador para alguns pesquisadores fazer uma definição do que seria a imprensa alternativa de acordo com sua ideologia. Nilo Sérgio Gomes (2014, p. 11) define as novas mídias alternativas como sendo aquelas que produzem “discursos e imaginários outros, às margens e quase sempre também contrariamente aos poderosos interesses políticos e ideológicos da indústria cultural”. Para Dênis de Moraes (2009), a comunicação alternativa é “manifestação contra-hegemônica, numa direção anticapitalista e antineoliberal”. Embora, no contexto contemporâneo, não seja uma definição incorreta, dada a pouca ou nenhuma presença de veículos declaradamente de esquerda entre os

grandes jornais, a definição do que é alternativo somente pelo viés ideológico à esquerda pode ser enganadora. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), ambos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, historicamente alinhado à esquerda, houve certo incentivo a sites e blogs que fizessem um contraponto à grande imprensa, em geral crítica ao governo petista. Assim, numa aparente contradição, os “blogs progressistas”, em geral mantidos por jornalistas egressos da grande mídia e ideologicamente próximos ao PT, tornam-se veículos ao mesmo tempo alternativos e mais ou menos simpáticos a um governo vigente, ainda que não o apoiem de forma unívoca e incondicional (SILVA et al, 2013). Além disto, não raro grupos, organizações, partidos e jornalistas de direita, desde os neoliberais até os conservadores, mantêm sites, blogs e perfis em redes nos quais oferecem interpretações radicalizadas à direita, dizendo-se alternativos a uma mídia hegemônica que consideram esquerdista. De forma que as fronteiras entre o tradicional e o alternativo se diluem do ponto de vista ideológico.

Também se diluem as fronteiras entre o jornalismo exercido de forma “profissional”, por um profissional frequentemente em dedicação exclusiva, que vive desta profissão e muitas vezes teve uma formação específica para atuar em jornalismo, e atividades jornalísticas exercidas por qualquer cidadão com acesso às novas tecnologias de comunicação. Por exemplo, se alguém presencia um acidente, um incêndio ou um protesto de rua e, com seu *smartphone*, faz a transmissão ao vivo do evento pela internet, prática frequente em veículos como a *Mídia Ninja*, isto pode ser considerado uma prática de jornalismo alternativo?

Outro problema que se coloca é a crescente diluição de fronteiras entre o jornalismo e as narrativas ficcionais permitido pelas novas redes. Boatos e difamações sempre existiram, porém as redes sociais permitem a produção e disseminação automatizada de *fake news*, ou notícias falsas. Uma pista para diferenciar alternativos, mesmo os radicais e enviesados, dos fakes, está nos objetivos de cada veículo – nos fakes, embora a vinculação partidária também seja importante, o objetivo principal é o lucro obtido com a produção de conteúdos, cliques e compartilhamentos (ALCOTT e GENTZKOW, 2017, p. 217). O jornalismo alternativo, historicamente, não tem como principal objetivo a obtenção de altos lucros. Kucinski (2003, p. 26) define a imprensa

alternativa pela sua rejeição ao lucro e sua proposta de mudança radical nas relações sociais. Registra que, em geral, os veículos alternativos eram geridos por jornalistas mais preocupados com a produção de conteúdo do que com a saúde financeira de seus empreendimentos, o que levou muitos deles à falência. Essa finalidade não meramente lucrativa também pode ser observada nos veículos alternativos da atualidade. Muitos dos sites e blogs listados por Peruzzo (2009) são distribuídos sem fins lucrativos, gratuitamente ou a preço de custo. Guazina (2013) e Silva *et al* (2013) observam que, entre os “blogs progressistas”, há quem procure se sustentar através de patrocínios, estatais ou não, ou anúncios pagos, bem como jornalistas que tomam sua atividade quase como um *hobby*, mas em geral a finalidade principal destes blogs não é a lucrativa.

Porém, a maior clivagem entre o alternativo e o *fake* encontra-se na própria deontologia do jornalismo. Mesmo quando assume um viés político, sem tomar para si a prerrogativa de uma neutralidade total, que seria impossível, o jornalista direciona sua intervenção por um princípio de busca de verdades que, mesmo parciais, podem de alguma forma serem sustentadas por evidências, tendo em vista uma participação em debates públicos relevantes.

Uma definição mais satisfatória do que seja o jornalismo alternativo, levando em consideração o contexto histórico de seu surgimento, deve considerá-lo como uma forma de narrativa jornalística que se diferencia de um padrão historicamente estabelecido, ao propor diferentes definições do que pode ou não ser considerado notícia; diversas formas narrativas e recursos de linguagem que podem ou não ser aceitas; outra angulação das narrativas, escolha de fontes e/ou personagens. As escolhas de forma e conteúdo estão ligadas umas às outras. A história das comunicações e das artes mostra que sempre houve certas distribuições do sensível (RANCIÈRE, 2009) que predominaram, definindo para cada gênero o que se pode dizer e de que maneira se deve dizer, e outras distribuições que se configuraram como alternativas, tanto nas narrativas jornalísticas como nas literárias. Assim, devemos lembrar que o alternativo não foi criado nem extinto com o regime militar no Brasil. Kucinski (2003, p. 21) menciona precursores da imprensa alternativa nos panfletos anti-monárquicos do Brasil Império e nos jornais anarquistas e comunistas do início do século XX. Também sua oposição em

relação à grande imprensa não é tão radical, tendo havido hibridações e circularidades entre as duas formas de jornalismo – do que são exemplo as carreiras de Plínio Marcos e Millôr Fernandes, dramaturgos e jornalistas. O jornalismo alternativo questiona uma distribuição do sensível que se tornou hegemônica num processo histórico.

## Referências

ALCOTT, Hunt e GENTZKOW, Matthew. **Social media and fake news in the 2016 election.** Journal of Economic Perspectives, volume 31, n. 2, primavera 2017, pp. 211-236. Disponível em < <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211> >. Acesso em julho de 2018.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUCCI, Eugenio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Maria Cristina. **O gancho – da mídia impressa às mídias eletrônicas.** Revista Novos Olhares, São Paulo, Ano III, no 6, 2º semestre de 2000.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ELLWANGER, Tiana Maciel. **Manifestações de junho de 2013: como experienciamos, esquecemos e lembramos na contemporaneidade.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Nilo Sergio S. **A imprensa alternativa ontem, hoje e... amanhã?.** Comunicação apresentada no 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia – Alcar Sudeste 2014, no Rio de Janeiro (RJ). Rio de Janeiro: Rede Alcar, 2014.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros "progressistas".** Brazilian Journalism Research. São Paulo: SBPJor, volume 9, número 2, 2013. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/545/492>

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** 2ª ed. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. **Dramaturgos e jornalistas: influência da prática jornalística na dramaturgia no Brasil de meados do século XX, a partir de prontuários de**

censura do Arquivo Miroel Silveira (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/Universidade de São Paulo, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARCOS, Plínio. Um corintiano foi falar com Deus. São Paulo, jornal **Movimento**, ed. 76, 13 de dezembro de 1976, p. 4.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética**. Tradução de Maria Elizabete Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MORAES, Dênis. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

PETLEY, Julian. **Censoring the word**. London/ New York/Calcutta:Seagull Books, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental, Editora 34, 2009

SILVA, Nathalia Aparecida Aires; VIEIRA, Andressa Carvalho; VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Comunicação militante na web: um estudo descritivo dos blogueiros progressistas**. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Mossoró (RN): Intercom, 2013.

VERAS, Dalila Teles. **A imprensa alternativa no Brasil como resistência cultural**. Texto apresentado no Colóquio A imprensa de língua portuguesa no mundo. Paris: Unesco, 1991. Disponível em: <<http://www.dalila.telesveras.nom.br/palestrasdalilatelesveras9.htm>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.